



## O ENSINO REMOTO EMERGENCIAL COMO POLÍTICA EDUCACIONAL

Daiana Santos do Vale

E-mail: [daiavallebdo@gmail.com](mailto:daiavallebdo@gmail.com)

Universidade do Estado da Bahia

**RESUMO:** O trabalho ora apresentado é um recorte da pesquisa realizada para o Trabalho de Conclusão de Curso e tem como objetivo principal analisar o ensino remoto emergencial como ação de política pública educacional em tempos de pandemia com enfoque nos efeitos, desafios e realidades ante às novas estratégias tecnológicas adotadas para conter a doença da Covid-19. Segundo a UNESCO: “a crise de saúde causada pela COVID-19 resultou no fechamento de escolas e universidades, afetando mais de 90% dos estudantes do mundo” (UNESCO, 2020). O sistema de ensino nacional não estava preparado para enfrentar tamanha anormalidade, tendo que buscar, em caráter de urgência, novas políticas educacionais para enfrentar a nova crise. O Ministério da Educação optou pela adoção da utilização das tecnologias digitais para dar continuidade ao processo ensino-aprendizagem no sistema escolar brasileiro. Em 17 de março de 2020, a portaria de no 343 autorizou a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais no momento de pandemia. Assim, o acompanhamento pedagógico manifestou-se pelo formato digital. O ensino remoto emergencial despontou como uma ação de política pública educacional que permitiu o acesso à educação aos estudantes. Composto por aulas síncronas e assíncronas disponibilizadas nos dias e horários exatos das aulas presenciais, “professores estão tendo que customizar os materiais para realização das atividades, criando slides, vídeos, entre outros recursos para ajudar os alunos na compreensão e participação das atividades (ALVES, 2020, p. 358)”, ou seja, o material didático fornecido é personalizado às classes, há interação professor/aluno e se constitui, precipuamente, como uma alternativa ao processo educativo na pandemia. A Educação é um direito de todos, um dever do Estado, essencial para a formação do cidadão, e, a Escola, ambiente educativo que deve integrar ao sistema de ensino meios que propiciem a Educação com qualidade independente da modalidade de acesso, compreende-se que a nova prática de educacional, é acertada, pois promove ensino-aprendizagem aos estudantes, no entanto, há obstáculos como a dificuldade do acesso à internet e aos meios tecnológicos pelos estudantes bem como a ausência de formação complementar aos professores que impedem o triunfo dessa política pública educacional. Faz-se necessário investir em políticas públicas educacionais voltadas para a potencialização do acesso à tecnologia que viabilizem aos estudantes e professores formação tecnológica em observância ao banimento das desigualdades educacionais. A metodologia utilizada foi a pesquisa quanti-qualitativa que permitiu o estudo teórico da temática bem como a análise de dados quantitativos disponíveis em documentos e sites oficiais públicos. Os resultados obtidos na pesquisa, demonstraram que com o fechamento das escolas, a desigualdade já existente na educação brasileira se revelou mais segregadora, a dificuldade de acesso à internet e aos aparelhos adequados para acompanhar as aulas, tornaram-se evidentes. Paulo Freire dizia que o prazer de ser gente se faz presente “mesmo sabendo que as condições materiais, econômicas, sociais e políticas, culturais e ideológicas em que nos achamos geram quase sempre barreiras de difícil superação para o cumprimento de nossa tarefa histórica de mudar o mundo, sei também que os obstáculos não se eternizam” (1996, p.23).

**Palavras-chave:** Pandemia. Ensino Remoto Emergencial. Políticas Públicas Educacionais.